

*A informalidade revisitada:
evolução nos últimos 20 anos e mais
uma hipótese para pesquisa*

José Celso Cardoso Jr. e Suiane Fernandes

A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa

José Celso Cardoso Jr.* e Suiane Fernandes**

A literatura econômica latino-americana — no meio da qual a contribuição brasileira é significativa — tem sido abundante em formulações teóricas e pesquisas empíricas sobre o fenômeno da informalização das relações de trabalho. No âmbito do IPEA, visando aprofundar essa importante área temática, promoveu-se, em 1997, um grande seminário internacional¹ que deu origem a algumas importantes pesquisas empíricas,² eventos esses destinados a definir a natureza do objeto sob investigação, dimensionar suas características aparentes e entender sua dinâmica de funcionamento e reprodução. Trata-se, evidentemente, de um processo contínuo de amadurecimento em torno da compreensão do fenômeno e de sua “complexificação” ao longo do tempo, na medida em que ele se cristaliza como um dos principais eventos da atual configuração do mercado de trabalho no Brasil.

Esta nota pretende contribuir para essa discussão, mediante a apresentação de um retrato da evolução da informalidade nos últimos 20 anos (PNADs de 1981 a 1999), bem como por meio da sugestão de mais uma hipótese de pesquisa a ser trabalhada por estudiosos interessados na questão.

1. Demarcação histórica e conceitual do problema

A economia brasileira passou por mudanças significativas nas duas últimas décadas do século XX. Depois de um longo período de acelerados processos de industrialização e urbanização, a taxa anual média de cresci-

mento do produto interno bruto (PIB) caiu de 8,8% nos anos 70 para apenas 2,3% na década de 80 e para tão-somente 1,9% na de 90. Esse declínio esteve associado, nessas duas últimas décadas, a uma redução da taxa anual média de investimento da economia brasileira em relação ao PIB, que passou de 18,5% no período 1980/89 para perto de 16% entre 1990 e 1999.

Esse comportamento regressivo dos determinantes agregados do trabalho provocou, além de um aumento dos níveis e formas de desemprego, uma alteração profunda na composição da ocupação, que passou a se concentrar em atividades originárias do setor terciário da economia (notadamente comércio e serviços pessoais) e a expressar de maneira mais evidente uma grande diversidade de formas atípicas de contratação da força de trabalho. É, portanto, essa multiplicidade de formas de contratação do trabalho bem como o aumento do peso relativo dessas categorias ocupacionais (trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada e não-remunerados) no total da ocupação que caracterizam o fenômeno recente da informalização das relações de trabalho no Brasil.

* Mestre em Economia pelo IE-Unicamp e técnico de pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

** Graduanda em Economia pela UnB e assistente de pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

1. Workshop Internacional: *O setor informal revisitado: novas evidências e perspectivas de políticas públicas*. Brasília-DF: IPEA, 1997.

2. Em especial, ver os relatórios da pesquisa coordenada por Mário Theodoro: *Atividades informais: evolução e condicionantes atuais – o caso dos trabalhadores autônomos do Recife e o caso dos trabalhadores domésticos de Brasília*. Brasília-DF: IPEA, 2000.

Em suma, o conceito de setor informal é aqui trabalhado segundo uma dupla perspectiva. A primeira considera informais as atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional legalmente estabelecido pelo Estado, o que inclui no núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores não-remunerados. A segunda perspectiva considera informais as atividades não-assalariadas desenvolvidas por autônomos, em que não há uma separação nítida entre a propriedade do empreendimento e a execução de suas atividades-fim (separação capital/trabalho), o que faz a categoria dos trabalhadores por conta própria também pertencer ao núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho.

Em outras palavras, a concepção de informalidade sustentada aqui concilia, de um lado, o critério de demarcação proveniente da relação legal de trabalho, separando trabalhadores com e sem carteira assinada e, de outro, o critério oriundo da relação de produção existente no negócio, que no caso dos trabalhadores por conta própria e dos não-remunerados é caracterizada por ser uma relação de produção não estruturada em moldes tipicamente capitalistas. Ambos os critérios caracterizariam um mercado de trabalho pouco estruturado no Brasil, no interior do qual tenderiam a se reproduzir atividades e ocupações mais precárias — caso preponderante dos trabalhadores por conta própria,³ do ponto de vista do conteúdo ou qualidade da ocupação —, e de mais frágil inserção profissional — caso típico dos assalariados sem carteira e dos trabalhadores não-remunerados,⁴ do ponto de vista das relações de trabalho.⁵

2. A trajetória da informalização das relações de trabalho no Brasil: 1981/98

O comportamento do pessoal ocupado por posição na ocupação indica, em linhas gerais, uma situação de declínio relativo dos trabalhadores com carteira assinada (desassalariamento legal), associada a um movimento de expansão de formas consideradas atípicas de contratação, como o crescimento relativo dos trabalhadores sem registro em

carteira (assalariamento ilegal) e dos trabalhadores autônomos ou por conta própria (desassalariamento voluntário e involuntário).

Embora esse comportamento geral seja o resultado da comparação entre os anos de ponta do período 1981/98, relativo às principais categorias ocupacionais do país (assalariados com carteira, assalariados sem carteira e trabalhadores autônomos), que são conjuntamente responsáveis pela situação ocupacional de nunca menos do que 80% do pessoal ocupado a cada ano, é preciso chamar a atenção para algumas características interessantes de cada uma delas ao longo dos diferentes ciclos de crescimento e recessão das últimas duas décadas.

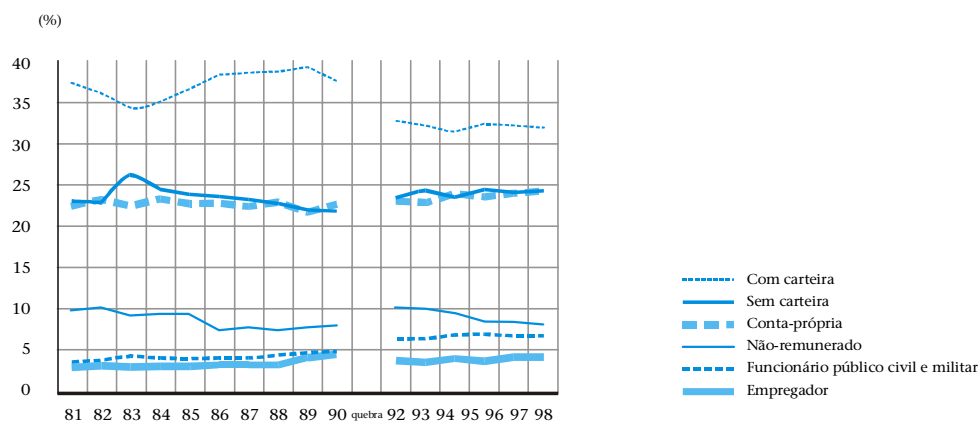
Inicialmente, com relação aos trabalhadores com registro em carteira, é possível ver com clareza que seu peso relativo no total da ocupação decresce intensamente durante as crises recessivas do início dos anos 80 (1981/83) e 90 (1990/92), mas a recuperação em ambos os períodos não ocorre de forma semelhante à queda. Quando da retomada do crescimento econômico a partir de 1984, o emprego com carteira assinada também se recupera e, de 1986 a 1989, situa-se num patamar superior ao de 1981. Já com a volta do crescimento em 1993, o emprego com carteira não aumenta sua participação no emprego total à semelhança do ocorrido na retomada dos anos 80; pelo contrário, ele apenas arrefece o ritmo de queda e estabiliza-se em torno do patamar de 32% entre 1996

3. A ausência ou precariedade dos mecanismos de proteção social conferidos pelo Estado a seus cidadãos tende a transferir aos âmbitos familiar e individual a responsabilidade pela sobrevivência, numa sociedade marcada por uma crescente redundância do trabalho vivo. Esse aspecto é particularmente dramático junto aos trabalhadores por conta própria de menores rendas, que tendem a não recolher contribuição previdenciária e tampouco tendem a ter registrado nas administrações públicas seus pequenos negócios.

4. Consta-se, particularmente junto aos assalariados sem carteira, que a ausência de mediação institucional pelo Estado torna mais frágeis e assimétricas as relações capital/trabalho, favorecendo uma flexibilidade quantitativa (dispensa e contratação de mão-de-obra) muito elevada, que apenas serve para engendrar uma alta rotatividade de trabalhadores nessas ocupações. Como se sabe, níveis muito altos de rotatividade produzem, de um lado, postos de trabalho de baixa qualidade e praticamente nenhum investimento tecnológico ou em recursos humanos e, de outro, trabalhadores sem especialização definida, que rodam intensamente por ocupações distintas, sem perspectivas de ascensão profissional nem salarial.

5. Isto não é, obviamente, o mesmo que dizer que não existem atividades e ocupações precárias ou frágeis também no interior do núcleo estruturado do mercado de trabalho, mas sim que nesse caso a incidência de inserções dessa natureza parece ser menor.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL: 1981/98



Fonte: PNAD/IBGE.
Nota: Os percentuais se referem ao pessoal ocupado total da economia.

e 1998. Quer dizer, à diferença dos anos 80, a recuperação econômica de meados da década de 90 não foi capaz de trazer de volta o mesmo percentual de empregos com carteira que existia antes do início da crise, sendo necessário investigar as causas (institucionais, conjunturais e estruturais) dessa diminuição da sensibilidade do emprego assalariado legal diante do crescimento do produto nacional.

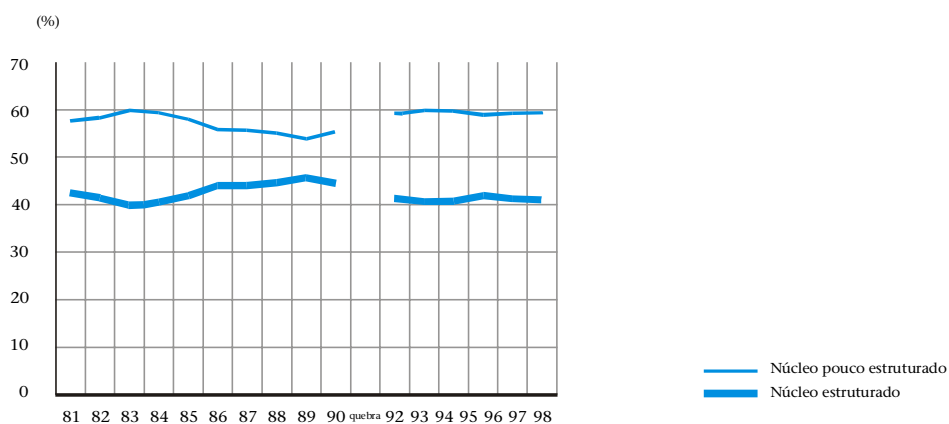
O comportamento do emprego sem carteira assinada (assalariamento ilegal) diante dos ciclos de crescimento e recessão dos últimos 20 anos mostra-se, por sua vez, praticamente antagônico em relação ao observado para o emprego com carteira, só que com intensidade menor. Isto é, ele tende a subir nos períodos de crise, tanto no início dos anos 80 como no início dos 90, e a cair suavemente quando da recuperação dos anos 80 (1984/89). Já na recuperação econômica da década de 90 (1993/98), o emprego sem carteira também responde menos às oscilações do produto, situando-se no patamar de 24% entre 1996 e 1998. Nesse subperíodo, o que há de similar entre os comportamentos dos empregos com e sem carteira é um certo aumento do grau de inelasticidade dos mesmos diante de taxas positivas do produto, ficando as diferenças por conta do fato de que, no primeiro caso (assalariamento legal), parece haver uma certa rigidez para cima, enquanto no caso do emprego sem carteira

parece haver uma certa rigidez para baixo. Em outras palavras, na presença de um certo crescimento do produto, o emprego com carteira não sobe como deveria, nem cai, tampouco como deveria, o emprego sem carteira assinada.

Depois das relações assalariadas de trabalho (com e sem registro em carteira), que juntas representavam em 1998 cerca de 56% da população ocupada total, a terceira categoria ocupacional expressiva é a dos trabalhadores autônomos ou por conta própria. O seu comportamento diante dos ciclos econômicos segue, de maneira aproximada, em direção e intensidade, o movimento dos trabalhadores sem carteira, com a ressalva de que, depois da crise recessiva de 1990/92, a sua participação no total da ocupação foi oscilando para cima, a ponto de, em 1998, ter empatado com a categoria dos sem carteira em 24,3%.

Além dos assalariados sem registro em carteira e dos trabalhadores autônomos, os trabalhadores não-remunerados também pertencem ao conjunto de relações consideradas atípicas ou informais de trabalho, tendo em perspectiva um mercado de trabalho organizado em moldes capitalistas. Juntas, estas três categorias ocupacionais representavam em 1998 quase 60% da ocupação total, contra apenas 32% dos trabalhadores assalariados com carteira. Tal fato é uma in-

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O GRAU DE ESTRUTURAÇÃO
DO MERCADO DE TRABALHO — BRASIL: 1981/98



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: Os percentuais se referem ao pessoal ocupado total da economia.

dicação clara do grau de heterogeneidade existente entre as diversas formas de contratação do trabalho no Brasil, como também da trajetória radicalmente distinta seguida pelo mercado laboral do país em relação a países com níveis similares de industrialização e urbanização.

Assim, pode-se afirmar que se processou no Brasil, notadamente a partir da crise recessiva do início dos anos 90, um movimento não-desprezível de informalização das relações de trabalho, fenômeno que pode ser melhor percebido dividindo-se o mercado de trabalho em dois grupos de trabalhadores, segundo o seu grau de estruturação: de um lado, estariam os trabalhadores envolvidos em relações de assalariamento legal, ou seja, os trabalhadores com registro em carteira assinada e os funcionários públicos civis e militares; e de outro, os trabalhadores classificados como integrantes do conjunto de relações atípicas ou informais de trabalho, isto é, os trabalhadores sem carteira, os autônomos ou por conta própria e os trabalhadores não-remunerados. Ao primeiro grupo chamamos de núcleo estruturado do mercado de trabalho e ao segundo, de núcleo pouco estruturado.

Existem pelo menos dois aspectos muito importantes que merecem uma atenção especial. O primeiro deles é que o núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho brasileiro não só foi, ao longo de todo o período ana-

lisado, o núcleo dominante no total da ocupação, como ainda demonstrou, na década de 90, uma tendência de crescimento relativamente independente do estágio cíclico da economia. Quer dizer, uma vez tendo atingido o patamar próximo à casa dos 60% de participação na ocupação total em 1992, jamais caiu abaixo dos 59% até o último ano da série analisada. A contrapartida dessa rigidez à baixa do núcleo pouco estruturado foi uma rigidez à alta do núcleo estruturado, cujos percentuais de participação na ocupação total nunca passaram dos 41% depois de 1992.

O segundo aspecto importante é que a aparente estabilidade (ou baixa elasticidade) dos segmentos estruturado e pouco estruturado do mercado de trabalho ao longo dos miniciclos de crescimento e recessão pós-1992 não encontra correspondência no comportamento de ambas as séries históricas entre 1981 e 1990. Pelo contrário, durante aquele período, o que é mais visível é justamente uma certa aderência dos núcleos estruturado e pouco estruturado ao comportamento cíclico da economia brasileira.

De acordo com a tabela a seguir, entre 1981 e 1985, período crítico da crise recessiva do início da década, há uma clara expansão das ocupações ligadas ao núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho (16,6% no período e 3,3% a.a.), em detrimento das ocupa-

TABELA
TAXAS DE VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1981/98

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SUBPERÍODOS SELECIONADOS						
	1981/85	1986/89	1990/93	1995/98	1981/89	1990/98	1981/98
COM CARTEIRA	13,2	10,8	-10,3	2,2	35,2	-5,8	25,3
FUNCIONÁRIO PÚB. CIVIL E MILITAR	29,6	20,3	36,8	-1,6	63,5	51,7	168,5
SUBTOTAL: NÚCLEO ESTRUTURADO	14,7	11,8	-4,8	1,5	37,8	1,0	38,4
SEM CARTEIRA	19,4	1,5	17,0	3,6	23,1	23,3	53,8
CONTA-PRÓPRIA	16,3	3,6	6,2	2,2	24,5	18,2	57,0
NÃO-REMUNERADO	10,8	12,0	30,1	-13,1	1,9	11,7	22,2
SUBTOTAL: NÚCLEO POUCO ESTRUTURADO	16,6	3,9	14,3	0,2	19,9	19,3	49,5
EMPREGADOR	16,8	35,6	-13,9	4,3	74,6	3,6	99,6
TOTAL	15,8	8,3	4,9	0,9	29,0	10,8	46,6

TAXAS MÉDIAS DE CRESC. POR ANO	1981/85	1986/89	1990/93	1995/93	1981/89	1990/98	1981/98
COM CARTEIRA	2,6	2,7	-2,6	0,5	3,9	-0,6	1,4
FUNCIONÁRIO PÚB. CIVIL E MILITAR	5,9	5,1	9,2	-0,4	7,1	5,7	9,4
SUBTOTAL: NÚCLEO ESTRUTURADO	2,9	2,9	-1,2	0,4	4,2	0,1	2,1
SEM CARTEIRA	3,9	0,4	4,2	0,9	2,6	2,6	3,0
CONTA-PRÓPRIA	3,3	0,9	1,5	0,6	2,7	2,0	3,2
NÃO-REMUNERADO	2,2	3,0	7,5	-3,3	0,2	1,3	1,2
SUBTOTAL: NÚCLEO POUCO ESTRUTURADO	3,3	1,0	3,6	0,0	2,2	2,1	2,8
EMPREGADOR	3,4	8,9	-3,5	1,1	8,3	0,4	5,5
TOTAL	3,2	2,1	1,2	0,2	3,2	1,2	2,6

CENÁRIO MACROECONÔMICO	1981/85	1986/89	1990/93	1995/98	1981/89	1990/98	1981/98
TX. CRESC. REAL MÉDIO PIB	1,4	3,5	0,3	3,3	2,3	2,0	2,1
TX. CRESC. REAL MÉDIO PIB PER CAPITA	-4,2	16,4	0,6	11,3	5,0	6,5	5,7

Fonte: PNAD's 1981/98 e *Conjuntura Econômica* (FGV), vários números.

ções situadas no núcleo estruturado (14,7% no período e 2,9% a.a.). Depois, de 1986 até 1989, há uma recuperação das atividades ligadas ao núcleo estruturado do mercado de trabalho, que foram fortemente puxadas pelo incremento das ocupações públicas e militares (20,3% no período e 5,1% a.a.), e uma queda da participação do núcleo pouco estruturado, que se explica por uma diminuição mais que proporcional no ritmo de expansão das ocupações sem carteira (0,4% a.a.) do que das por conta própria (0,9% a.a.) ou das não-remuneradas (3% a.a.).

Já nos anos 90, a aderência dos núcleos estruturado e pouco estruturado aos ciclos econômicos parece se estabelecer apenas durante a crise recessiva de princípios da década,

quando se repete, para quase todas as categorias ocupacionais, praticamente o mesmo comportamento verificado 10 anos antes, em direção e intensidade. As exceções foram a taxa negativa de crescimento dos assalariados com carteira (-10,3% no período 1990/93 e -2,6% a.a.) e a explosão da taxa de crescimento dos trabalhadores não-remunerados (30,1% no período e 7,5% a.a.). O primeiro fenômeno impulsionou a curva do núcleo estruturado do mercado de trabalho para baixo, enquanto o segundo deve ter contribuído para jogar a curva do núcleo pouco estruturado para cima.

Finalmente, no contexto de estabilização e crescimento do período 1995/98, quando se esperava a retomada do emprego assalaria-

do com carteira e a diminuição do emprego sem carteira e autônomo, o que se viu foi um relativo descolamento dessa tendência em relação ao ciclo econômico. Isso porque, enquanto o emprego do núcleo estruturado do mercado de trabalho havia crescido 11,8% entre 1986 e 1989 (ou 2,9% a.a.), o mesmo apenas se expandiu 1,5% entre 1995 e 1998 (ou 0,4% a.a.), lembrando que a taxa média de crescimento real do PIB esteve no patamar de 3% a.a. em ambos os subperíodos. Por outro lado, embora as ocupações do núcleo pouco estruturado tenham se expandido relativamente menos entre 1995 e 1998 (0,2% no período) em comparação com 1986 e 1989 (3,9% no período), cabe destacar que isso se deveu, basicamente, à queda de 13,1% da ocupação em trabalhos não-remunerados. Já o emprego sem carteira assinada cresceu 3,6% entre 1995 e 1998, contra uma expansão de 1,5% entre 1986 e 1989, ambos os subperíodos tendo apresentado praticamente a mesma taxa de crescimento real do PIB.

Uma hipótese que pode ser levantada para buscar os determinantes do aparente descolamento do mercado de trabalho brasileiro aos ciclos internos do produto, desde 1992, sustenta que essa perda de sensibilidade ao comportamento cíclico da economia pode estar relacionada, entre outros, a dois grandes fatores.

Por um lado, ao processo de abertura comercial externa, que ao impingir um amplo processo de ajuste e racionalização produtiva às empresas locais, reduziu o impacto da determinação do emprego motivada pela demanda por mão-de-obra, transferindo o peso dessa determinação para as forças que operam pelo lado da oferta excedente de força de trabalho, as quais agem basicamente sobre o setor terciário da economia (comércio e serviços pessoais) e tomam a forma de assalariados sem carteira, autônomos e trabalhadores não-remunerados. Ou, por outras palavras: em contextos macroeconômicos recessivos, tendo os agentes a percepção de se tratar de um fenômeno duradouro, e na ausência ou ineficácia de amplas políticas públicas de garantia de renda e proteção social aos trabalhadores de base e desempregados, a dinâmica de geração de postos de trabalho passa a depender relati-

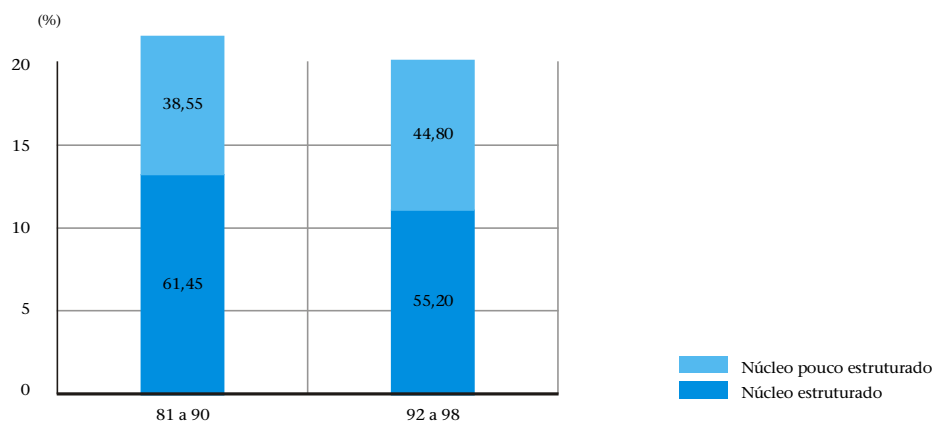
vamente mais das condições de oferta do que das de demanda por trabalho. Não é à toa, por sinal, que as atividades geradas no comércio e nos serviços pessoais estiveram entre as mais “disputadas” em período recente, a ponto de se atribuir ao segmento terciário a importante função de colchão absorvedor do excedente estrutural de mão-de-obra do país.

Por outro lado, relacionado aos estrangulamentos de ordem macroeconômica que dominaram o ambiente doméstico durante praticamente toda a década de 90, mas com especial ênfase desde o segundo semestre de 1994, está o fenômeno da elevação das taxas de desemprego aberto e sua permanência em patamares elevados por longos períodos. Esse fenômeno estaria sinalizando uma certa estagnação da demanda agregada (a despeito das oscilações de curto prazo), o que, por sua vez, poderia estar impedindo possíveis mudanças na composição do emprego por posição na ocupação, caso o ambiente econômico fosse de um crescimento em bases mais sólidas e níveis mais elevados que os atuais.

Em ambos os casos, uma investigação pormenorizada dessas determinações foge às dimensões e objetivos desta nota. No entanto, é possível ilustrar, para os dois principais segmentos da atividade econômica (secundário e terciário), as conseqüências concretas das afirmações precedentes.

Por intermédio do Gráfico 3 é possível visualizar duas mudanças significativas na composição média do pessoal ocupado no secundário, segundo o grau de estruturação do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, vê-se claramente que a importância da indústria como empregadora de mão-de-obra se reduz, entre a média dos anos 80 (1981/90) e 90 (1992/98). Em segundo lugar, embora no secundário o peso do núcleo estruturado do mercado de trabalho ainda seja maior que o do núcleo pouco estruturado, ocorre, paralelamente ao fenômeno anterior, um crescimento da participação de ocupações pertencentes ao núcleo pouco estruturado, notadamente do emprego assalariado sem carteira assinada. No interior da indústria, o núcleo pouco estruturado aumentou sua

GRÁFICO 3
COMPOSIÇÃO MÉDIA DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO O GRAU DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO — BRASIL, ANOS 80 E 90



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: Os valores que aparecem na ordenada se referem à participação média do pessoal ocupado no setor com relação ao total da economia e os valores que aparecem no interior das colunas se referem à participação média de cada núcleo dentro do setor em cada período.

participação de 38,5% para 44,5% entre as médias dos anos 80 (1981/90) e 90 (1992/98). Ambos os fenômenos guardam relação tanto com o processo recente de ajustamento e racionalização produtiva da indústria quanto com a persistência de baixas taxas de crescimento econômico.

No caso do terciário (Gráfico 4), é possível constatar, em primeiro lugar, um aumento de sua importância como empregador de mão-de-obra, cuja composição salta de cerca de 50% do total do pessoal ocupado na média dos anos 80 (1981/90) para perto de 60% na média dos anos 90 (1992/98). A segunda mudança importante no terciário é a constatação de que a quase totalidade do seu crescimento entre as médias dos anos 80 e 90 se traduziu em ocupações pertencentes ao núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho, notadamente dos trabalhadores empregados por conta própria. No interior do terciário, o núcleo pouco estruturado aumentou sua participação de 44,5% para 50,5% entre as médias dos anos 80 (1981/90) e 90 (1992/98).

Assim como na indústria, ambas as transformações observadas para o terciário também poderiam ser parcialmente explicadas pelas considerações anteriores, a saber: a racionalização produtiva da economia brasileira na década de 90, que desloca trabalha-

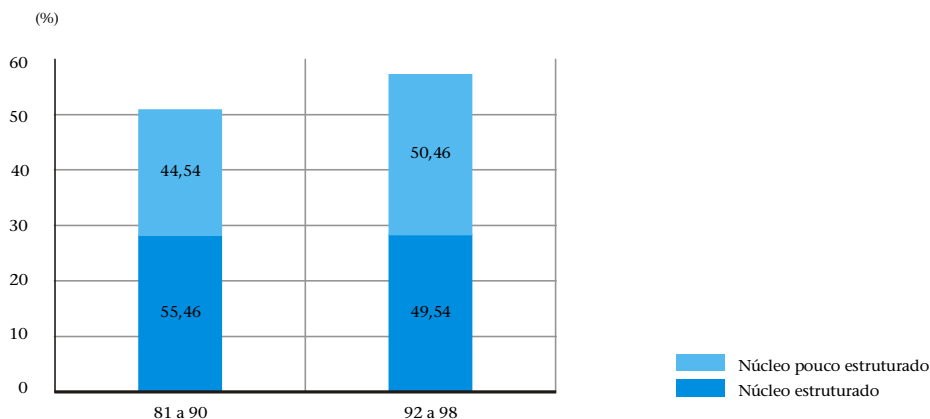
dores para os setores do terciário; e a insuficiência da demanda agregada, que desloca o eixo de determinação do emprego para as condições que vigoram no lado da oferta excedente de mão-de-obra, o que estaria forçando o aparecimento de ocupações em setores da economia tais como o comércio ambulante e os serviços pessoais, dois dos mais importantes setores empregadores de mão-de-obra nos anos 90 na economia brasileira, em que predominam relações de trabalho assalariadas sem carteira, por conta própria e não-remuneradas.

Anexo: considerações metodológicas

Com o objetivo de tornar mais claros os conceitos utilizados ao longo desta nota, algumas considerações acerca dos procedimentos metodológicos adotados para a compatibilização das variáveis contidas nas séries da PNAD de 1981/90 com as séries de 1992/98.

As variáveis “pessoal ocupado” e “posição na ocupação do pessoal ocupado” tiveram seus conceitos “compatibilizados” para que se pudesse fazer uma análise temporal entre as décadas de 80 e 90. No entanto, ainda é possível notar uma “quebra” no comportamento dessas variáveis na passagem do ano de 1990 para o de 1992, ocasionada, fundamentalmente, pelas alterações imple-

GRÁFICO 4
COMPOSIÇÃO MÉDIA DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR TERCIÁRIO SEGUNDO O GRAU DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO — BRASIL, ANOS 80 E 90



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: Os valores que aparecem na ordenada se referem à participação média do pessoal ocupado no setor com relação ao total da economia e os valores que aparecem no interior das colunas se referem à participação média de cada núcleo dentro do setor em cada período.

mentadas pelo IBGE na pesquisa domiciliar (PNAD). Essa quebra está representada nos gráficos de séries de tempo por um espaço entre esses anos. Portanto, embora esses problemas de compatibilização das séries não desautorize comparações entre as décadas de 80 e 90, tais análises que tomam a série 1981/98 como um todo devem ser feitas com ressalvas, já que não estamos trabalhando com variáveis rigorosamente iguais nos períodos 1981/90 e 1992/98.

É importante esclarecer que as categorias ocupacionais (ou por posição na ocupação) foram agregadas da seguinte forma para este trabalho:

1. empregados com carteira: são as pessoas assalariadas que possuíam carteira assinada na semana de referência;
2. empregados sem carteira: são as pessoas assalariadas que, na semana de referência, não possuíam carteira assinada e não eram nem funcionários públicos estatutários nem militares;
3. empregadores: são as pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Para a década de 80, somam-se aos empregadores os parceiros dos empregadores;
4. trabalhadores por conta própria: são as pessoas que trabalham explorando o seu pró-

prio empreendimento, sozinhas ou com sócios, sem ter empregados e contando, ou não, com a ajuda de trabalhadores não-remunerados. Para a década de 80, somam-se aos conta-própria os parceiros dos conta-própria;

5. funcionários públicos estatutários e militares: são as pessoas que, na semana de referência, estavam ocupadas, não possuíam carteira assinada, mas tinham vínculo com o setor público, civil ou militar, de acordo com o ramo da atividade econômica dentro do qual exerciam sua ocupação principal;

6. trabalhadores não-remunerados: são as pessoas que trabalham sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em uma das seguintes situações: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); conta-própria ou empregador; ou ainda as pessoas que trabalham sem remuneração durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz, estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

Da agregação realizada foram excluídas, do contingente de pessoas ocupadas nas PNADs de 1992 em diante, as seguintes categorias: os trabalhadores para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o pró-

prio uso. Isso foi necessário por dois motivos, basicamente: i) ambas as categorias ocupacionais foram introduzidas pelo IBGE a partir de 1992, sem que existisse nenhuma “posição na ocupação” correspondente a elas nas PNADs anteriores; e ii) os trabalhadores agora classificados numa dessas novas categorias eram classificados como desocupados nas pesquisas anteriores a 1992.

Ainda para efeitos deste trabalho, as categorias ocupacionais delineadas foram reagrupadas em dois grandes grupos de trabalhadores, segundo o que consideramos o “grau de organização ou estruturação” do mercado de trabalho. A variável que especifica o “grau de estruturação no mercado de trabalho” foi construída especialmente para este trabalho, de acordo com critérios considerados pertinentes à análise acerca do processo de informalização, de modo que:

7. núcleo estruturado do mercado de trabalho: empregados com carteira, funcionários públicos estatutários e militares;

8. núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho: empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não-remunerados.

Por fim, cabe esclarecer que os valores absolutos referentes a essas séries foram corrigidos para amenizar as discrepâncias entre a população estimada pelas PNADs dos anos 80 com aquela observada a partir dos Censos de 1980 e 1991. O fator de correção foi feito tendo por base os dados dos censos populacionais desses anos. No entanto, para o estudo dos dados percentuais, essa correção não implica mudanças significativas, tendo sido importante somente para a análise dos valores absolutos.

